

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
INJUNÇÃO – DECRETO-LEI N.º 269/98, DE 1 DE SETEMBRO	7
REGIME DOS PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS – INJUNÇÃO Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro	9
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS Decreto-Lei n.º 62/2013, de 12 de maio	25
BALCÃO NACIONAL DE INJUNÇÕES (BNI) Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de março	37
MODELO DO REQUERIMENTO DE INJUNÇÃO Portaria n.º 21/2020, de 28 de janeiro	47
MODELO DO REQUERIMENTO DE INJUNÇÃO	49
INJUNÇÃO EM MATÉRIA DE ARRENDAMENTO (IMA)	51
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO (NRAU) Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro	53
REGIME DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM MATÉRIA DE ARRENDAMENTO (IMA) Decreto-Lei n.º 34/2021, de 14 de maio	57

REGULAMENTAÇÃO DO BALCÃO DO ARRENDATÁRIO E DO SENHORIO	
Portaria n.º 49/2024, de 15 de fevereiro	73
MODELO DO REQUERIMENTO DE INJUNÇÃO EM MATÉRIA DE ARRENDAMENTO	96
MODELO DE OPOSIÇÃO À INJUNÇÃO EM MATÉRIA DE ARRENDAMENTO	110
PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO (PED)	115
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO (NRAU)	
Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro	117
BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
Decreto-Lei n.º 1/2013, de 07 de janeiro	133
REGULAMENTAÇÃO DO BALCÃO DO ARRENDATÁRIO E DO SENHORIO	
Portaria n.º 49/2024, de 15 de fevereiro	147
MODELO DO REQUERIMENTO DE DESPEJO	148
DEFINIÇÃO DO REFORÇO DAS GARANTIAS DOS ARRENDATÁRIOS EM SITUAÇÃO DE CARÊNCIA DE MEIOS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO TRAMITADO JUNTO DO BALCÃO DO ARRENDATÁRIO E DO SENHORIO (BAS)	
Portaria n.º 50/2024, de 15 de fevereiro	163
PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO (PEPEX)	167
PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO	
Lei n.º 32/2014, de 30 de maio	169
REGULAMENTAÇÃO DA PLATAFORMA INFORMÁTICA DE SUPORTE AO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO	
Portaria n.º 349/2015, de 13 de outubro	189
ANEXO I – REQUERIMENTO INICIAL	203

ANEXO II – NOTIFICAÇÃO DO REQUERENTE DE RECUSA SANÁVEL	210
ANEXO III – NOTIFICAÇÃO DO REQUERENTE DE RECUSA INSANÁVEL	211
ANEXO IV – NOTIFICAÇÃO DO REQUERENTE DE 2.ª RECUSA DO REQUERIMENTO	212
ANEXO V – RELATÓRIO PREVISTO NO ART. 10.º DA LEI N.º 32/2014 DE 30 DE MAIO	213
ANEXO VI – NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO (ART. 12.º DA LEI N.º 32/2014)	214
ANEXO VII – AUTO DE DILIGÊNCIA	216
ANEXO VIII – NOTIFICAÇÃO DO REQUERENTE DA IMPOSSIBILIDADE DE NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO	218
ANEXO IX – NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO (ART. 13.º, N.º 5) DA LEI N.º 32/2014	219
ANEXO X – NOTIFICAÇÃO DE REQUERIDO (ART. 14.º, N.º 2, DA LEI N.º 32/2014)	220
ANEXO XI – NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO (ART. 13.º, N.º 3, DA LEI N.º 32/2014)	221
ANEXO XII – NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO (ART. 13.º, N.º 4, DA LEI N.º 32/2014)	222
ANEXO XIII – NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO (ART. 14.º, N.º 2, DA LEI N.º 32/2014)	223
ANEXO XIV – CERTIDÃO DE INCOBRABILIDADE	224
ANEXO XV – REQUERIMENTO DE ACORDO DE PAGAMENTO	225
ANEXO XVI – REQUERIMENTO PARA EXCLUSÃO DA LISTA PÚBLICA DE DEVEDORES	226
ANEXO XVII – REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA LISTA PÚBLICA POR INCUMPRIMENTO DE ACORDO DE PAGAMENTO	227
ANEXO XVIII – INDICAÇÃO DE BENS SUSCETÍVEIS À PENHORA	228
ANEXO XIX – NOTIFICAÇÃO AO REQUERENTE DOS BENS INDICADOS PARA PENHORA	229

ANEXO XX – REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS APÓS EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO	230
ANEXO XXI – RELATÓRIO DE CONSULTAS SUBSEQUENTES À EXTINÇÃO	231
CUSTAS PROCESSUAIS	
Sumário	233